



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

10^a Legislatura, 3^a Sessão Legislativa

29 de abril de 2025

Ata Trigésima Nona Sessão Ordinária

Às nove horas do dia vinte e nove do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Amélio Cayres, secretariado pelos Senhores Deputados Vilmar de Oliveira, Primeiro-Secretário e Luciano Oliveira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Dr. Danilo Alencar, Eduardo Mantoan, Gipão, Gutierrez Torquato, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Luciano Oliveira, Marcus Marcelo, Moisemar Marinho, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Vilmar de Oliveira, Wiston Gomes e das Senhoras Deputadas Claudia Lelis, Professora Janad Valcari e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Eduardo Fortes, Nilton Franco e Valdemar Júnior. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 14/2025, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando Projeto de Lei Complementar número 3/2025, de 29 de abril de 2025, que “dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos ocupantes do cargo efetivo de Procurador do Estado, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 120/2025, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Manchete – AAFAM”; Projeto de Lei número 122/2025, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “institui o Programa Estadual de Inclusão no Mercado de Trabalho da Pessoa com Deficiência – ‘Trabalho Inclusivo’, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 123/2025, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “denomina Prédio Renato Buzolin o edifício do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins – Ruraltins, localizado no município de Palmas, Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 124/2025, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes, que “estabelece prioridade de matrícula para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola da rede pública estadual mais próxima ou ao local de trabalho de seus



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**

responsáveis no Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 125/2025, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes, que “dispõe sobre a doação e a reatualização de gêneros alimentícios e remanescentes de alimentos no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 127/2025, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Agricultores Familiares do Vale do Mutum-Avatum”; Ofício número 187/2025, oriundo da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, encaminhando o Projeto de Lei Complementar número 1/2025, que “dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos cargos de provimento efetivo, em comissão e funções de confiança da Defensoria Pública do Estado do Tocantins”; Ofício número 198/2025, oriundo do Ministério Público do Estado do Tocantins, encaminhando o Projeto de Lei número 4/2025, que “dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos Servidores dos Quadros Auxiliares do Ministério Público do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; Ofício número 199/2025, oriundo do Ministério Público do Estado do Tocantins, encaminhando o Projeto de Lei número 3/2025, que “dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos servidores dos cargos em provimento em comissão e das funções de confiança do Ministério Público do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; Ofício número



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**

1.226/2025, oriundo do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, encaminhando o Projeto de Lei número 1/2025, que “dispõe sobre a revisão geral anual e a recomposição da remuneração dos servidores efetivos da função de confiança e dos cargos de provimento em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; e Ofícios oriundos da Secretaria de Estado da Saúde, comunicando a liberação de recursos financeiros a diversos convênios, com recursos de emendas parlamentares. Logo após, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Léo Barbosa. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 127/2025, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, 128 e 129/2025, de autoria da Mesa Diretora; 130, 131 e 132/2025, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato; 133 e 134/2025, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; 135/2025 e 148/2025, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; 136, 137, 138/2025 e 147/2025, de autoria do Senhor Deputado Marcus Marcelo; 139 e 140/2025, de autoria do Senhor Deputado Gipão; 141 e 142/2025, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis; 146/2025, de autoria do Senhor Deputado Dr. Danilo Alencar; 150 e 188/2025, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto; e os Requerimentos que receberam os números 584 a 644. Logo após, foram aprovadas as urgências dos Projetos de



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Lei que receberam os números 128 e 129/2025, de autoria da Mesa Diretora; e 121/2025, de autoria do Senhor Deputado Dr. Danilo Alencar. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Dr. Danilo Alencar, Moisemar Marinho e Professor Júnior Geo. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão, pelo prazo indeterminado, para Reunião Extraordinária Conjunta das Comissões, reabrindo-a às dezessete horas e cinquenta e seis minutos. Logo após, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Amélio Cayres. Na Ordem do Dia, o Senhor Presidente, por falta de quórum em Plenário, transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezessete horas e cinquenta e sete minutos, convocando Sessão Ordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário